ENTREVISTA

Inês Macamo Raimundo



Entrevistada em novembro de 2016,
por Antonio Gomes, Melissa Steda e Wagner Nabarro.

Durante visita a São Paulo, a geógrafa Inês Macamo Raimundo nos concedeu uma entrevista, na qual abordamos temas relacionados à pesquisa no contexto da África austral e da migração das populações. Na ocasião, Inês atuou como professora visitante na disciplina "Memória e Deslocamentos Populacionais", no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades, da Universidade de São Paulo. Além disso, ela proferiu no Departamento de Geografia da mesma universidade a palestra "Calamidades naturais, instabilidade política e projetos de desenvolvimento e formação de espaços incompletos em Moçambique". A seguir, apresentamos nossa conversa com a professora, a respeito de alguns desses temas.

Boletim Campineiro de Geografia: Poderia nos contar um pouco sobre sua trajetória de pesquisas, considerando seus estudos no sul da África? Gostaríamos de ouvir sobre sua experiência com a prática de pesquisa em Geografia e em Ciências Humanas nessa parte do continente.

Inês Macamo Raimundo: Minha experiência de pesquisa caminha passo a passo com a experiência de docência. Nós temos um princípio em Moçambique em que não podemos ser professores sem ser investigadores, e não podemos ser somente investigadores, somos obrigados também a lecionar. Começo como professora em 1994, no Departamento de Geografia. Mas devo dizer que mesmo antes de dar aulas na universidade, de uma ou de outra forma eu fazia pesquisa, era curiosa. Tanto mais que em 1994 eu ganhei um prêmio nacional que foi organizado pela extinta Comissão Nacional do Ambiente. Fiz um pequeno trabalho sobre gestão de resíduos sólidos na cidade de Maputo, que foi considerado um dos melhores trabalhos e fui classificada em primeiro lugar. Coincidentemente, no mesmo ano, também participei de um concurso que foi lançado pelo Centro de Estudos Brasileiros, para escrever sobre os índios. Imaginem. De lá nós nem tínhamos Internet para poder pesquisar e ir ao *Google* (risos). A minha faculdade é uma das primeiras, criada em 1962, a universidade Eduardo Mondlane. Então tínhamos lá livros sobre índios, eu peguei aquilo, fui trabalhando… Não fiquei em primeiro lugar, mas fiz parte dos cinco melhores classificados, tenho um diploma de menção honrosa. Foi aí que comecei a ver que afinal valia a pena participar na pesquisa.

Então em 1995 eu comecei a lecionar como assistente estagiária do professor Manuel Araújo. Fui seguindo os passos dele, porque ele de fato pesquisava e os assuntos dele estavam muito mais ligados às questões urbanas, que era uma área que me interessava. Como consequência disso, também fui desenvolvendo trabalhos específicos na área urbana e foi aí que começamos a apresentar trabalhos fora. Lembro que um desses trabalhos eu fui apresentar na Grécia e ele foi publicado.

Agora, como é que eu me virei para aquilo que foram os estudos migratórios? Quando nós olhamos para nossas cidades, elas de fato crescem. Por causa da fecundidade, que ainda é alta, mas também por causa da migração. Nessa altura, nós não tínhamos ninguém que se interessasse pelos estudos de migração dentro do departamento, porque estavam o Professor [Manuel] Araújo, que estava na área de estudos urbanos, o professor Leonel Lopes, que estava em demografia pura. Depois outros colegas do departamento também começaram a interessar-se mais pela demografia pura, porque as migrações também fazem parte dos estudos demográficos. Essa foi a oportunidade para eu começar a trabalhar sobre esse assunto. Foi assim que apresentei um trabalho relacionado a migrações em Be'er

Sheva[1]. Naquela altura eu mal falava inglês, mas escrevia alguma coisa e fui apresentar nessa conferência.

Os primeiros trabalhos sobre migrações também estavam diretamente ligados a questões ambientais, porque bom, essa parte sempre esteve comigo. Para a gente melhorar ou aperfeiçoar a pesquisa, não tem como fazê-la sem participar em programas de formação. Então eu sempre concorri para várias instituições que ofereciam programas de formação na área de ambiente e também na área das migrações. Fiz um curso de gestão ambiental em Israel, fui fazer um outro em Portugal… Depois sobre as migrações fiz na própria Wits[2], mas como um curso a parte, antes de começar o meu programa de doutoramento. Depois também fiz um programa conjunto com uma universidade da Tailândia e com Oxford na Inglaterra.

Sentia que já tinha algumas bases para poder avançar, porque preocupava-me estudar essas migrações, as ditas migrações forçadas, na perspectiva de uma população deslocada internamente por causa de fenômenos climáticos, por causa das inundações, dos ciclones e também porque embora nesse momento a guerra já tivesse terminado, o país tinha um considerável número de pessoas deslocadas por causa da guerra. Então dentro do país tínhamos as pessoas deslocadas internamente e fora do país tínhamos os refugiados moçambicanos. Continuando nessa saga, como eu costumo dizer aos meus estudantes, a pesquisa só tem interesse se a gente puder compartilhar com os outros e, se nós tivermos possibilidade, expor em outro ambiente. Quer dizer, apresentar os meus trabalhos só entre os colegas ou entre meus estudantes, eu tinha a máxima certeza não me levaria a lugar nenhum. Daí que apostei alto. O que significa apostar alto? Submeter os meus trabalhos em todos os lugares onde houvesse *call for papers* para as conferências.

A pesquisa só tem interesse se a gente puder compartilhar com os outros e, se nós tivermos possibilidade, expor em outro ambiente

Um dos meus grandes desafios, eu não me esqueço – até comento com meus colegas e a gente se ri – foi em 2001, quando já estava a escrever minha dissertação de mestrado. Pensei que isso não devia ficar só comigo, precisava ir para além. Então fui à Internet e procurei um país que estivesse a realizar uma conferência relacionada com as migrações. O primeiro país que apareceu lá foi os Estados Unidos da América. Mas essa conferência era sobre o PRSCO, que significa Pacific Regional Science Conference Organization. Como sabemos, vocês como geógrafos sabem muito bem, o meu país não é banhado pelo Oceano Pacífico

[1] Cidade em Israel.

[2] Witwatersrand University, principal universidade da África do Sul.

(risos). Mas ainda assim submeti e aceitaram, e fui para Portland. Lembro de um professor lá de uma universidade europeia que tinha sido convidado como orador, e me perguntou: "você veio para aqui, mas essa conferência é só para os países do Pacífico". Eu respondi: "Pois é. Que eu saiba a Europa não é banhada pelo Pacífico, então estamos quites".

Então são coisas do percurso da minha pesquisa. Em termos de Geografia como tal de fato é meio difícil hoje dizer que eu estaria fazendo mais pesquisa de Geografia. Porque a Geografia está em um estágio tal, que foi se misturando com tantas ciências de tal forma que fica difícil separar. Mesmo a área das migrações, que alguns defendem que é parte da Geografia da População. Hoje, pelas técnicas que usa, pelos métodos de pesquisa e análise, tem muito pouco de Geografia. Porque uma das coisas básicas que a gente usa para ver se tem alguma ligação com a Geografia é: o que é que se cria em termos de espaço? Como que esse fenômeno se manifesta no espaço? Como não estamos a estudar as migrações como tal, atrevo-me a dizer que de fato não é tão geográfico. Isso também é influenciado pela estrutura curricular da nossa Geografia lá em Moçambique. Ela está muito mais voltada para questões do meio ambiente e questões de cartografia, e a cartografia como tal não é Geografia, é um instrumento necessário para a Geografia, mas contribui para questões das Ciências Humanas, sobretudo quando nós estamos a falar da deslocação da população.

Os relacionamentos que essa mesma população vai estabelecendo dentro e fora do país e, cada vez mais, esses movimentos que estão a acontecer a nível da região, é que estão a transformar a região austral em uma verdadeira região. Hoje não há mais tantas barreiras como antes, nós circulamos muito mais, com menos barreiras do que antes. Passaporte existe e ele é necessário, mas temos mais isenções de visto praticamente em todos os países da região, então isso permitiu que a gente circule muito mais, e é mais uma razão para a gente poder perceber através dessas deslocações da população em que lugar nós nos encontramos em nível da África.

Bom, sobre viagens ou pesquisas, eu tenho estado envolvida fundamentalmente em duas grandes linhas de pesquisa. Uma é a migração, que tem relação com vários aspectos — já estive a trabalhar sobre migração e HIV, migração e pobreza, migração e mudanças climáticas e migração e conflitos. Portanto já estive envolvida nessas quatro áreas de pesquisa e, por causa disso, tive a possibilidade de percorrer mundo afora para apresentar os meus trabalhos. Para além das migrações há uma outra área de pesquisa com a qual me encontro envolvida que tem a ver com segurança alimentar e — alinhado à segurança alimentar — aquilo que em inglês tem mais sentido do que dizer em português:

hungry cities. Em português daria para dizer que são cidades esfomeadas, mais ou menos isso.

Isso não dá pra fazer sozinha, eu faço dentro do contexto regional. Em relação às migrações foi um projeto desenvolvido em nível dos países da África Austral. Os países envolvidos eram Moçambique, África do Sul, Suazilândia, Botsuana, Namíbia, Zimbábue e Maláui. Mas quando entrou para a fase de segurança alimentar, além desses países incluímos outros, como a Zâmbia e a Tanzânia. Mas o projeto *Hungry Cities* já não se limita a apenas um continente, ele é um projeto do Sul Global. Nesse caso, estão três países da África, que são Moçambique, Quênia e África do Sul. Depois tem a Jamaica, o México, a China, a Índia, e a coordenação central está no Canadá. Esse de fato é um projeto muito mais amplo, porque já permite que a gente faça estudos em nível de todos os continentes, diferentemente do projeto de migração e do projeto de segurança alimentar. Obviamente o fato de estar a coordenar — porque acabo por de fato coordenar essas pesquisas a partir da Universidade Eduardo Mondlane — colocou-me em contato com todo o mundo. Austrália, China, Índia, passando praticamente por toda a Europa. Não tenho muito contato com a Europa do Leste, mais para a Europa Ocidental. O que é curioso, porque Moçambique já foi um país socialista, e como tal, na altura o contato era muito grande. Mas nessa altura eu ainda não estava nas pesquisas e, daquilo que eu sei, fazia-se pouca pesquisa como tal. Então as grandes pesquisas são essas que a gente faz com a Europa Ocidental, a América do Norte e depois com o Brasil.

Com o Brasil estou muito envolvida com pesquisas com a Universidade Federal da Grande Dourados, que é uma universidade muito nova, acho que tem só 12 anos. E também aqui com a USP. Claro, tudo isso me deu possibilidade de quê? De poder publicar. Porque fazer pesquisa sem publicar não faz sentido nenhum. Devo dizer que essas possibilidades que eu tive de poder participar em equipes tão multidisciplinares e interdisciplinares, não só de geógrafos, com várias outras especialidades e vários países, [me] obrigaram a andar muito. Imaginem que em tudo isso, falando de região, falando de Sul Global, sou a única que fala português. O resto é inglês. Já houve uma pequena tentativa de trabalhar com francófonos, que foi com a República Democrática do Congo e com a França, mas depois o projeto não andou. Então para mim é um grande desafio ter que trabalhar só com esses, mas também me deu a possibilidade de poder publicar na Inglaterra, nos Estados Unidos, no Canadá, na África do Sul, países de expressão inglesa. Fora as publicações que a gente faz no mundo de língua portuguesa.

BCG: A senhora tem se dedicado a estudar as migrações na África Austral, participando inclusive em algumas associações de estudo sobre migrações e população. Também ministrou aqui no departamento uma apresentação em que afirmava que a recorrência de calamidades naturais como as cheias e as secas e a instabilidade política em Moçambique fazem com que grande parte dos moçambicanos viva como nômades em seu próprio território. Então gostaríamos que a senhora comentasse um pouco sobre o papel histórico e contemporâneo das migrações na África Austral.

Inês Macamo Raimundo: Bela pergunta. Na África Austral, o povoamento como tal é consequência dos movimentos migratórios que começaram na África Central. Houve um grupo linguístico, designado *bantu*, que migrou para o sul. As razões são as mesmas que nós vivemos hoje. Havia conflitos de natureza política, aqueles conflitos de grupos tribais, sempre na tentativa de dominar um ao outro. Havia também de natureza econômica, porque aquele povo, na altura — estamos a falar de uma coisa há 4 mil anos — já dominava a tecnologia do ferro, e dominar essa tecnologia significa que tinham poder econômico, porque tinham condições para produção de enxadas e essas enxadas eram usadas para a agricultura. Criavam gado… Eles foram expandindo, foram conquistando mais territórios e chegaram até o sul. Obviamente em todos esses lugares em que eles andavam encontravam pessoas, não havia nada ermo como tal. E iam dominando.

Eu continuo a defender que não há sedentarismo, não há nenhum povo sedentário, apesar de historiadores dizerem que há grupos sedentários e grupos nômades. Isso não existe, e agora ainda mais se agudiza por causa da própria globalização

Na região, visto que é a região Austral, não apenas no ponto de vista geográfico, mas também no ponto de vista político, havia povos nômades, que não eram tão sedentários quanto os outros. Só pra abrir um parêntese, eu continuo a defender que não há sedentarismo, não há nenhum povo sedentário, apesar de historiadores dizerem que há grupos sedentários e grupos nômades. Isso não existe, e agora ainda mais se agudiza por causa da própria globalização e de todos esses fenômenos. Então, encontraram lá povos que eram os chamados bosquímanos, homens dos bosques, que eram os Khoisan. Tentaram dominá-los, alguns deles foram se espalhando, mas mais uma vez os conflitos não terminaram, formaram-se reinos, e entre eles foram lutando, uns dominaram os outros e outros avançando. Vou dar um exemplo de um grande reino, que foi liderado por um grande rei chamado Sochangane. Ele foi subindo, entrou em Moçambique, e em

Moçambique foi até mais ou menos o Alto Zambeze[3], numa extensão de cerca de 2 mil quilômetros. Esse indivíduo dominou toda essa região, e nesse processo a dominação incluiu a dominação cultural, como organizar a produção, a língua em si, assim como todos os outros aspectos de natureza política.

Então, deu-se a colonização, mas a verdade é que a África levou mais tempo para se libertar do seu colonizador, e particularmente Moçambique só nos anos 1960 é que houve aquela tentativa para conversar com o Estado português para que se desse a independência, mas não foi possível, e isso deu origem à guerra. Antes disso, o sistema colonial português obrigou os moçambicanos a trabalhos forçados. Como tal, uns foram sujeitos e outros não, conseguiram fugir, foram para Maláui, foram para Tanzania, ou foram para outros países que os pudessem receber. Então tivemos a guerra, foram 10 anos, de 1964 até 1974, que foi quando houve o golpe de Estado em Portugal e isso acelerou o término da guerra. Depois disso, as pessoas regressaram para Moçambique. Mas de novo, o que acontece? Em 1975, quando o país envereda pelo sistema socialista, nem toda a gente gostou de viver num sistema como esse. Algumas dessas pessoas voltaram. Outras foram organizadas em aldeias comunais. Também não gostaram. Porque viviam espalhadas, e quando alguém diz "juntem-se", os organiza de tal forma que também não gostaram, e saíram.

Para agravar, em 1977 temos as primeiras grandes cheias do rio Limpopo, depois as cheias do Rio Zambeze, quer dizer, tanta água para Moçambique num país recém-independente. Isso obviamente obrigou que as pessoas se deslocassem, porque viviam em áreas de risco. Infelizmente, desde essa altura até hoje, as calamidades naturais foram agudizando no país, e isso em decorrência dessas chamadas mudanças climáticas. Isso fez com que as pessoas nunca conseguissem permanecer num mesmo lugar. Depois de 1976, tivemos a tal guerra que levou 16 anos, essa levou mais tempo do que a guerra de libertação, e terminou em 1992, quando houve o Acordo Geral de Paz. As pessoas viviam em campos de refugiados nos países vizinhos ou em campos de acomodação ou de deslocamento da população. Tudo isso obviamente não garante nenhuma segurança econômica, nenhuma segurança da população, porque as pessoas não sabem se terão cheia, não sabem se virá uma bala por aí. Tudo isso não garante a segurança e faz com que de fato os moçambicanos sejam um povo nômade.

Depois da guerra, em 1992, o país começa com um grande projeto de reestruturação e de recuperação econômica e também a tentativa de reconstituição, porque as infraestruturas foram destruídas na área de educação, na área da saúde,

[3] O Zambeze é um dos principais rios da África Austral, atravessando seis países da região e desaguando na costa de Moçambique.

hospitais e postos de saúde foram destruídos, vias de comunicação e de transporte, principalmente as vias férreas foram destruídas. Era preciso criar condições, e o país nas condições em que estava não tinha dinheiro, abriu as portas para o investimento estrangeiro. Bom, o dinheiro foi entrando, foram entrando novas companhias, que vão, por exemplo, exigir terra, começam a haver despovoamentos por causa disso — mas atenção, e isso tem que ficar claro, porque fala-se muita coisa sobre a questão de terras: as pessoas são removidas de um lugar, mas dá-se-lhes outra terra para construir[4]. Agora, o desafio é: as pessoas se acomodam, as pessoas estão neste sítio, "aqui é meu lugar e eu não quero sair". Vão colocando todos os argumentos possíveis e imagináveis, uns reais e objetivos, outros não. O fato é o seguinte: em todos esses programas de reassentamento há sempre garantia de terra. Porque a terra é propriedade do Estado. E nós como moçambicanos temos direito a usar essa mesma terra.

É preciso entender que essas deslocações todas não ocorrem só dentro do país. As pessoas, famílias inteiras, acabam por criar duas casas em dois países. Têm uma casa em Moçambique e uma casa em Maláui. Têm uma casa em Moçambique e uma casa na África do Sul. Uma casa em Moçambique e uma casa na Tanzânia ou na Zâmbia. Todos esses países com que mantemos relações de vizinhança. Creio que deve ser um dos poucos casos. Não sei vocês aqui no Brasil, que têm muitas fronteiras, se é possível uma pessoa comum, sem ser rica, ter várias famílias em vários países. Isso tem a ver exatamente com essa noção ou com esse conceito que nós temos de fronteira, e ao mesmo tempo da região como tal. Isso é um processo secular. Nós fomos criando relações em vários lugares e depois, com o colonialismo, fomos forçados a criar fronteiras, essas fronteiras artificiais. Mas essas fronteiras que na verdade as pessoas não as conhecem, né? São conhecidas a nível do poder político. Porque num momento de insegurança, qualquer que seja a insegurança, seja um fenômeno climático ou um fenômeno político, as pessoas já sabem para onde ir. Saltam a fronteira, vão para o Maláui. E sentem-se como malawianos. Ou como moçambicanos a viver no Maláui. Eu penso que isso é uma coisa única, que não deve haver fora de África.

BCG: Sobre a questão das fronteiras, você fala muito da artificialidade das fronteiras africanas, como por exemplo Moçambique, e de como, em muitos casos, o desenho dos limites territoriais dividiu populações que viviam no mesmo território. Ao mesmo tempo, sabe-se que hoje em dia essa população continua mantendo relações, inclusive se aproveitando da

[4] Apesar de não fazer referência explícita, a professora parece falar da mineradora brasileira Vale, que desde 2012 começou a extrair carvão no Centro de Moçambique, ocasionando o reassentamento de milhares de famílias que moravam na região das minas na província de Tete.

fronteira e das diferenças normativas para sobreviver. Então, pensando na África Austral e nos projetos de integração regional, as fronteiras seriam um elemento que facilita ou que dificulta esse processo de integração regional?

Inês Macamo Raimundo: Elas dificultam. Porque para atravessar uma fronteira, eu preciso ter um documento. E infelizmente nós não temos documentos. Grande parte da população não usa documento. E que documento é esse? Estamos a falar de passaporte. É verdade que existe a isenção de visto, mas a isenção de visto é sobre um documento oficial que permite que eu me desloque. Então um dos grandes desafios que a população tem é justamente esse de não poder circular à vontade, e circular à vontade tem a ver com circular com seus produtos. Leva milho daqui, vai vender ali, leva mandioca dali, vai vender acolá, e assim sucessivamente. Essas fronteiras físicas de fato só vêm a dificultar. Infelizmente é um processo que está a levar muito tempo, porque está na mesa do SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral), já assinaram acordos de livre circulação de pessoas e de mercadorias.

Nós e os outros estávamos a pensar que seria uma coisa como aquela que está acontecendo na Europa, em que as fronteiras são abertas, os europeus vão circulando entre eles… Nós na África almejamos isso, mas infelizmente as nossas fronteiras continuam e agora estão sendo reforçadas. Uma coisa é aquilo que os políticos dizem e aquilo que a lei exige. Mas as pessoas, com ou sem documentos, circulam. Por quê? Porque já existem essas redes que são circulantes. As pessoas sabem que, por exemplo, ali tem um arame farpado, não pode passar. Mas tem outra forma de passar: o arame farpado ou se salta, ou se levanta, ou criaram caminhos que permitem que elas passem. Mas, de fato, as fronteiras são uma realidade que dificulta a implementação do que eles têm estado a discutir, a livre circulação de pessoas. De fato elas só vêm prejudicar.

As pessoas, com ou sem documentos, circulam (...). As fronteiras são uma realidade que dificulta a implementação da livre circulação de pessoas. De fato, elas só vêm prejudicar

Independentemente disso, nas entrevistas que eu fiz lá no norte, em Niassa, estava o chefe de fronteiras a dizer: "olha, nós temos que deixar, é o nosso povo, tem que andar. Aquela senhora ali tem um saco de milho… ela vai para o Maláui, vai à moagem que nós do lado de cá não temos. Agora imagina colocar uma fronteira e dizer "olha, você não vai pro outro lado". Ela vai perguntar "agora onde vou moer meu milho, se não o tenho aqui?". Então eles deixam, vão deixando passar. E o que é mais interessante para quem faz estudos de fronteira é que as populações das

fronteiras entendem-se muito bem, entendem-se até com as próprias pessoas que têm que zelar pela segurança da fronteira (risos). É isso.

BCG: As Ciências Sociais em Moçambique percorreram um caminho que de certa forma acompanha a história política do país. Durante o período colonial, grande parte dessa área do conhecimento serviu aos interesses coloniais e, com a independência, foram parte importante da construção de um projeto de nação levado a cabo pela Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique). É possível dizer que, desde o começo dos anos 1990, com o fim da guerra de desestabilização e a entrada na lógica neoliberal, a forma com que se faz Geografia no país mudou?

Inês Macamo Raimundo: Bom, o que posso dizer sobre isso é que o fato de o país ter saído do sistema socialista para o sistema de economia mais liberal obviamente mudou a Geografia. Antes, eram História e Geografia, andavam juntas. Agora, dos [anos] 1990 para cá, a Geografia passa a ter uma outra dimensão. Tanto mais que a forma com que nós explicamos o processo de criação de espaço já não é no sentido como olhávamos — por exemplo, que na produção a propriedade é uma propriedade coletiva. Porque numa Geografia influenciada pelo poder centralizado e a economia socialista, a gente vê o espaço como uma coisa homogênea, não deve haver diferenciação de classe, então como que justificar que o lugar A seja mais desenvolvido, por exemplo, que o lugar B? É assim que a gente vê. Em uma economia liberal não, porque nós sabemos que ela, por si só, cria esses fossos. A grande vantagem é que nós sabemos explicar essas grandes diferenciações sociais ou diferenciações econômicas. É assim como vejo a coisa.



BCG: Na sua opinião, quais são as principais preocupações da Geografia moçambicana contemporânea, e em que medida elas diferem das preocupações anteriores? Quais são os temas que se estão debatendo principalmente lá?

Inês Macamo Raimundo: Aquilo que eu disse do início: de fato, neste momento nós não estamos a fazer Geografia. E o mais triste é que aqueles que fizeram doutoramento, não foi necessariamente em área de Geografia. Foi em Demografia e questões de planejamento. Então as pessoas qualificadas nesta área, não são

preocupações da Geografia que olham. O que olham são a fecundidade, a mortalidade, as migrações; não é necessariamente Geografia, porque neste momento a grande preocupação tem a ver com como reduzir nascimentos, como reduzir a mortalidade… E que políticas devem ser criadas para, sem proibir as pessoas de se deslocarem, deslocarem-se dentro de uma determinada lógica ou ordem. Bom, posso dizer que neste momento há um jovem que voltou agora, que estudou em Porto Alegre, que fez doutoramento em Geografia… Mas o resto — também não somos muitos — não fez pós-graduações em Geografia. Então não posso dizer quais são as preocupações em Geografia porque não estamos a trabalhar necessariamente em assuntos de Geografia, algo que tem a ver com a explicação ou com como deve ser o processo de gestão do espaço, como estamos a criar o espaço. De fato não diria que temos preocupações da Geografia.

A outra parte é aquela Geografia que está voltada para o ensino. Como ensinar a Geografia nas escolas. Nos nossos currículos é ensinar a geografia de Moçambique, saber quais são as capitais provinciais, quais são os rios de Moçambique, ou quais são os solos… É uma geografia enciclopédica. Não sei aqui no Brasil, mas o currículo na escola secundária é exatamente uma Geografia enciclopédica.

Agora, quando vejo a nossa Geografia, sobretudo o currículo da Geografia, nós temos três grandes áreas de orientação: temos a orientação "população e desenvolvimento"; temos a orientação "desenvolvimento regional"; e depois "cartografia e sistemas de informação geográfica". É incrível que os nossos geógrafos, depois do segundo ano, em grande parte vão para sistemas de informação geográfica e cartografia. Porque estão olhando para o mercado, sabem que tendo aquela especialização eles têm garantia de mercado. Os outros que estão em população e desenvolvimento — também em um número bastante considerável — é porque vão trabalhar com questões de população, e naquela linha ou aquela perspectiva do Fundo das Nações Unidas para a População. Que é a questão da saúde sexual e reprodutiva, é isso que a gente ensina, as questões do planejamento familiar, do crescimento da população e da utilização dos recursos naturais. Portanto, resposta única como dar não tenho, inicialmente não sei como responder quais são as preocupações da Geografia, porque a gente está a olhar as coisas não necessariamente como Geografia.

BCG: Parece que há uma tendência com o desenvolvimento de políticas públicas, que é um tema que perpassa tudo isso.

Inês Macamo Raimundo: Exatamente, e nós temos que ver políticas públicas relacionadas com a saúde, com a educação. Comunicação não tanto, mais a questão da mobilidade das pessoas.

BCG: Na sua tese de doutorado, a senhora tratou da relação entre migração e gênero. Como a senhora vê a questão do gênero hoje em dia, em especial a questão feminina, e quais seriam as especificidades dessas discussões na África austral? O que pensa das perspectivas de estudos de gênero nas Ciências Sociais?

Inês Macamo Raimundo: Quando eu escrevi isso, foi por influência da minha supervisora inicial, mas depois um outro supervisor também estava muito interessado nisso. É que os estudos de gênero, naquilo que eu vejo... Há uma perspectiva que eu acho que, em algum momento, não tem nada a ver com a nossa realidade. Porque também tenho visto posições muito extremistas, fundamentalistas sobre isso, que às vezes nos chegam a desviar daquilo que é a verdadeira intenção.

Nós estamos a dizer que estamos em uma sociedade patriarcal em que o domínio é o homem. Mas, ao mesmo tempo, estamos a olhar que estamos em uma sociedade de economia do cifrão, não há como ver a sociedade sem ver a participação de homens e mulheres. Esse é o primeiro ponto. Porque, até então, a mulher ficava em casa e o homem é que garantia o sustento. Hoje não tem como. O que nós vemos é que ambos têm que entrar no mercado. Agora, na estrutura da sociedade que nós tínhamos, dizia-se por exemplo que a mulher não podia se deslocar, porque ela não era migrante, só homem é migrante. E ela o que era? Era apenas um apêndice do homem. Mas exatamente porque estamos em uma sociedade de cifrões, aquilo já está ficando no passado. Ter que pedir autorização ao marido, ou pedir autorização à família do marido, porque eu tenho que ir para outra cidade para viver e trabalhar, ou, por exemplo, porque eu tenho que atravessar uma fronteira para fazer o meu negócio...

Agora, os estudos de gênero estão a crescer, é uma realidade, e eles têm trazido evidências que têm ajudado para a questão das políticas públicas. Dentre elas, por exemplo, posso me lembrar de uma: até então, a mulher moçambicana não podia abrir e registrar um negócio sem a autorização do marido. Mas pronto: com tudo isso, já permite que, agora, a mulher sozinha não tenha que ter autorização do marido para abrir o seu negócio, e consequentemente para outras coisas. Nós devemos reconhecer que a guerra, também, essa chamada guerra civil de desestabilização, forçou a mudança de atitude. Por quê? A cidade, ou melhor, o país, ficou sitiado. Praticamente não se ia a lado nenhum e as lojas deixaram de ter produtos. E agora? Nós vivíamos de que? De repolho, que, inclusive, na sociedade

de Maputo, demos o nome de "se não fosse eu", porque era a única coisa que tinha para comer. Então imaginemos se a mulher tivesse que esperar pelo homem, autorização do homem, como é que teria sido? Foram essas mulheres que enfrentaram balas e atravessaram para outro país, que se chama Suazilândia, para ir buscar produtos alimentares numa primeira fase. Isso depois foi crescendo, crescendo, e acabaram por criar um negócio tão grande que permitiu que elas andassem em vários territórios em busca de alimentos[5].

A conjuntura obrigou, forçou para que as coisas mudassem (...). Coisas que têm a ver com o acesso da mulher à terra, por exemplo.

Então não foi necessariamente por causa dos estudos de gênero que se permitiu que a mulher tivesse direito à circulação da mesma forma que o homem tem. Vocês estão a perceber o meu ponto de vista? A conjuntura obrigou, forçou para que as coisas mudassem. Mas é verdade que os estudos de gênero trouxeram muitas coisas, algumas mudanças em Moçambique… Uma das coisas tem a ver com a questão da lei da violência contra a mulher, por exemplo. Isso que não estava legislado e agora é crime, e coisas assim. Coisas que têm a ver com o grande debate, o acesso da mulher à terra, por exemplo. Eu, como mulher em Moçambique, tenho acesso à terra. Em outros países não, e mesmo em Moçambique, na lei costumeira, a gente tinha terra via homem. Hoje não, eu não preciso do homem para ter a terra, eu posso pedir e requerer para ter direito à terra.

Então os estudos de gênero de fato foram importantes para trazer essas mudanças em Moçambique. E lá em Moçambique há grupos muito fortes sobre estudos de gênero. Um deles começou por ser um estudo regional, que é o WLSA — Women and Law in Southern Africa —, no contexto da SADC. Existe o Fórum Mulher, que congrega várias organizações femininas que são lideradas. É interessante. Tem um grupo acadêmico — esse WLSA é muito mais acadêmico —, outros grupos não necessariamente acadêmicos, mas que são mulheres que de uma ou outra forma vão mudando para estabelecerem justiça em todos os aspectos. Sobretudo no acesso aos recursos, porque até então a desigualdade era enorme, só o homem podia ter acesso a uma conta bancária, só o homem podia ter acesso à terra, só o homem podia abrir negócio. Essa é uma estrutura que a gente herdou do sistema colonial. Hoje já não é assim.

[5] O comércio transfronteiriço iniciado pelas mulheres durante a guerra, a que se refere a professora Inês, existe até hoje e é legalizado, sendo conhecido como *mukhero*.

Também não vamos dar todo o mérito a esses estudos, porque, por exemplo, a própria Frelimo, durante a luta armada, dizia que libertar o homem sem libertar a mulher não seria independência. Então a Frelimo já advogava a necessidade de se libertar a mulher. Isso já nos anos sessenta, tanto mais que o próprio presidente Samora Machel falava muito da emancipação da mulher. Claro, só que agora é preciso estudar e recolher mais dados e mais informação.

Quando eu fiz essa tese, era fundamentalmente num contexto de poder de decisão. Se a mulher podia decidir por si só migrar no contexto da família, no contexto da vizinhança e no contexto da estrutura social. Curioso é que, apesar de que se falava da emancipação da mulher e etc., no norte agem de uma forma e no sul agem de outra forma. O norte é uma sociedade matrilinear, a organização é diferente da do sul. Por exemplo, no norte o migrante é o homem: é o homem que sai da sua casa e vai viver na comunidade da mulher. No sul já não, é o inverso: a mulher é que é migrante, vai viver na comunidade do marido. Então essas duas características também definem a lógica do poder de decisão. No norte, a decisão é feita do lado feminino. Enquanto no sul a decisão é feita do lado masculino. O que eu encontrei de interessante lá? É que elas diziam o seguinte: no caso de divórcio e separação, quem sai é o homem. A mulher mantêm-se lá. No sul não é assim. Quem sai é a mulher, e ela perde tudo, até os filhos. Já no norte não é assim, os filhos ficam com a mulher.

Foi interessante também perceber, quando já estava a estudar aquelas pessoas que viveram durante muitos anos como refugiados num outro país que é o Maláui, que quem regressou para Moçambique foram os homens. As mulheres ficaram lá no Maláui, com seus filhos. Porque os irmãos disseram "não, não vai", ela ficou, e ele voltou sozinho. O que é impensável no sul de Moçambique, não seria assim. No caso da África do Sul e do Zimbábue, onde também trabalhei com os antigos refugiados, eles voltaram todos. Querendo ou não querendo, aquela mulher teve que voltar e acompanhar o seu marido, o que é diferente do outro lado.

BCG: Alguma outra coisa que gostaria de comentar?

Inês Macamo Raimundo: O que eu posso dizer é que ainda há muitas coisas que precisam ser estudadas no âmbito do relacionamento entre as pessoas e no âmbito daquilo que nós da Geografia chamamos de formação do espaço. Porque depois voltaríamos para aquela questão: o que é o espaço como tal? Como é que nós o formamos? Do que é que dependemos? Será que dependemos dos outros ou nós próprios podemos o formar? Ou aquilo que nós estamos a fazer não significa formação do espaço?

Um outro assunto que também acho que seria interessante falar é que Moçambique, assim como outros países africanos, está há bastante tempo sujeito a vários interesses coloniais, neocoloniais e interesses do próprio sistema. A fragilidade do país — porque passou por muitas experiências depois da independência — torna-o refém dos outros. Neste momento, se disserem que os moçambicanos têm todos que saltar para a lua, porque irão investir nisso, creio que seríamos capazes de fazer. Porque estamos muito fragilizados. O país está fragilizado em termos econômicos, em termos ambientais… Porque, como se diz, uma desgraça nunca vem só, muita coisa vem junta ao mesmo tempo. Neste momento, estamos de abraços com uma situação econômica difícil, mas é uma conjuntura internacional, não é só Moçambique. Fica mais difícil para um país que ainda estava em processo de reconstrução.

Para piorar, tem as cheias e as secas. São esses dois fenômenos que constituem nossos maiores inimigos. Há uns meses, até agosto [de 2016], os governadores das províncias do Sul só falavam de seca e a previsão mostrava que o gado está a morrer porque não tem pasto. Porque nós ainda dependemos da pecuária, essa pecuária que é dependente da natureza, não fazemos forragens. Por causa disso o gado estava a morrer. Aí já entram as mulheres e crianças, que têm o maior desafio porque são elas que vão buscar água. Têm que percorrer quilômetros e quilômetros em busca de água. Bom, acho que Deus nos ouviu, e em outubro começou a chover.

A primeira chuva foi uma chuva destrutiva. Foi pra destruir, aquilo. Porque foi tanto tempo sem chover, e quando chove… A primeira grande chuva foi no dia 24 de outubro, e não me sai da cabeça. Foi chuva torrencial que quebrou tudo, árvores, casas, houve mortes na cidade de Maputo, a previsão falou em cerca de 20 pessoas que morreram ao longo da marginal, porque estavam dentro do chapa[6]. Então, estamos numa fase em que não se sabe o que é prioritário, se tem que se preocupar em dar água às pessoas, ou o quê. São muitos desafios. E aí, usando a vossa expressão brasileira "há palpites, há muitos palpites…" (risos). Vem um aí e diz "olha, vocês façam isto e aquilo", vem outro "vocês façam isto e vejam". Tem gente que no seu próprio país tem desafios muito grandes, estão a passar situações muito diferentes e ainda acha que tem que vir dar palpites em Moçambique e Moçambique tem que aceitar, porque o que fazer? Não temos alternativa. Mas vamos sair… Porque nós já passamos por muitos desafios. Para quem passou uma fase em que a loja não tinha nada para comprar, ou quem vivia no mato porque

[6] Os chapas são pequenas vans, geralmente importadas do Japão, com cerca de 15 lugares e responsáveis pela quase totalidade do transporte coletivo no país.

não sabia se uma bomba ia cair ali ou não, acham que o que há de vir de pior? Já não há mais nada, então a gente vai se ajustando mesmo.

Não estou a dizer que é bom o que está a acontecer, não é isso que estou a dizer. O que estou a dizer é que vamos passar, somos um povo bastante lutador. E, para terminar, eu diria que a pesquisa ainda é muito necessária, ainda há muitas áreas que precisam ser pesquisadas, com ou sem dinheiro. Porque depender de um financiador, o financiador é que orienta a pesquisa, ele é que diz "com esse meu dinheiro só pode estudar isto". "Ah, mas eu queria estudar aquilo". "Não, você vai estudar isso". Nós, localmente, temos que começar a pensar alternativas de pesquisa. Eu tenho conversado com os meus colegas que é possível sim nós fazermos pequenas pesquisas sem mover dinheiro. As nossas aulas práticas, temos que transformar em algo de concreto. Usar estudantes para recolherem dados. O estudante tem que saber o que ele tem que fazer, faz parte da disciplina dele. Eles sabem que tem que fazer entrevista, tem que fazer inquérito… Manda fazer duas entrevistas. Nós temos turmas de mais ou menos 50 estudantes. Se cada um fizer duas entrevistas bem feitas, temos 100 entrevistas, e eu posso escrever um trabalho…

Nós, localmente, temos que começar a pensar alternativas de pesquisa (…). As nossas aulas práticas, temos que transformar em algo de concreto.

É para isso que a gente ainda não se preparou. Sempre ficamos à espera, de mão estendida, que nos deem dinheiro, mas existem outras alternativas, sobretudo nas Ciências Sociais. As outras têm os seus argumentos, mas não digo que também não seja possível fazer estudos dessa natureza. Há um exercício que eu fiz com meus estudantes do mestrado que eu dou na Universidade Pedagógica que é sobre ecologia industrial. Bom, a princípio não teria como fazer estudos sem ter que passar pelo laboratório. Eu fiz uma coisa muito simples, uma coisa muito bonita. É impensável que nós vamos ter um laboratório que nos vai ajudar a analisar os solos, etc. Então vamos fazer aquilo que nós em Geografia fazemos, que é a observação. "Vá num dia de chuva e num dia sem chuva próximo a uma planta industrial". Temos várias. Alguns escolheram e foram para a fábrica de refrescos, outros para a fábrica de cimentos, outros foram para a fábrica de cerveja… Vá lá num dia de chuva, tire uma amostra do solo, ponha num saquinho e faça o catálogo, diga a hora que tirou. Depois vá no dia seguinte, na mesma hora, tire também uma amostra do solo e ponha num saquinho. Sabe. Vai ter duas amostras de solo. E, outra coisa: tire uma folha de uma árvore ali perto, mas que esteja perto daquela planta industrial. Qual é o objetivo? Através da observação, ver se tem

algumas mudanças. Depois, permitir criar uma hipótese e, mais tarde, poder fazer uma pesquisa sobre aquilo. Consigo ver que este solo num dia de chuva estava assim e num dia seco estava assim. Por que será? Será só por causa da água da chuva? E que água é aquela que está a molhar aquele solo? Pode ser água resultante daquela fábrica.

Às vezes a gente quer coisas muito complicadas, mas é possível fazer pequenas pesquisas sem ter que usar muito dinheiro. Meus próprios estudantes fizeram relatórios muito bonitos. São coisas que podemos fazer, porque se nós esperamos por dinheiro, vamos depender dos interesses de quem dá o dinheiro. Por exemplo, agora, o fato de eu estudar nesse projeto de segurança alimentar e o projeto de cidades esfomeadas não significa necessariamente que seja minha linha de pesquisa. É porque há dinheiro que vem de fora e a gente faz isso.

* * *

Sobre a entrevistada

Inês Macamo Raimundo é doutora em Migrações Forçadas pela Universidade de Witswatersrand (Joanesburgo, África do Sul), professora de Geografia na Universidade Eduardo Mondlane (Maputo, Moçambique) e membro do Centro de Análise de Políticas (CAP) da mesma universidade. Tem larga experiência internacional, apresentando trabalhos sobre migrações, gênero, desastres naturais, HIV e urbanização em quase todos os continentes. Esteve em São Paulo por 2 vezes: uma em 2012, para participar do Seminário Internacional "Território e Circulação na Dinâmica Contraditória da Globalização" (realizado na FFLCH/USP), onde também ministrou um mini-curso sobre "Migração e Distribuição Espacial da População Africana"; e esta última em 2016, quando ministrou o curso citado no início e quando nos concedeu esta entrevista.



* * *

BCG: http://agbcampinas.com.br/bcg

Entrevista realizada em novembro de 2016.